

REFLEXÕES ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO VINHO: A PRESENÇA FEMININA NO CURSO TÉCNICO EM VITICULTURA E ENOLOGIA DE BENTO GONÇALVES/RS (1962-2023)

Reflexiones sobre las relaciones de género en el mundo del vino: la presencia femenina en el curso Técnico en Viticultura y Enología de Bento Goncalves/RS (1962-2023)

Caroline Cataneo¹

Resumo: O presente estudo analisa a presença feminina no Curso Técnico em Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves/RS, desde sua primeira turma em 1962 até 2023, sob a perspectiva das relações de gênero no ensino técnico. O objetivo central é compreender a evolução da participação das mulheres nesse espaço historicamente masculinizado, identificando desafios e avanços no acesso e na permanência feminina no curso. A pesquisa insere-se no campo da História da Educação e utiliza metodologia baseada na análise documental histórica, conforme Bacellar (2005) e Certeau (1982), com levantamento de dados quantitativos sobre a formação de alunos, além da análise de legislações, regimentos e documentos institucionais. Os resultados demonstram que, nas primeiras décadas, a presença feminina era restrita, devido a barreiras como a ausência de internato para mulheres. A partir da década de 1990, observou-se um aumento na participação feminina, intensificado com a transformação da instituição em Instituto Federal no ano de 2008. Nos últimos anos, houve um crescimento significativo de alunas no curso, o que levou a presença feminina a ultrapassar a masculina em algumas turmas. Conclui-se que, apesar dos avanços, desafios persistem no mundo de trabalho, onde a profissão de enólogo ainda é majoritariamente masculina.

Palavras-chave: Gênero. Educação Profissional e Tecnológica. Viticultura e Enologia.

Resumen: El presente estudio analiza la presencia femenina en el Curso Técnico en Viticultura y Enología de Bento Gonçalves/RS, desde su primera promoción en 1962 hasta 2023, bajo la perspectiva de las relaciones de género en la enseñanza técnica. El objetivo central es comprender la evolución de la participación de las mujeres en este espacio históricamente masculinizado, identificando desafíos y avances en el acceso y la permanencia femenina en el curso. La investigación se inscribe en el campo de la Historia de la Educación y emplea una metodología basada en el análisis documental histórico, conforme a Bacellar (2005) y Certeau (1982), con el levantamiento de datos cuantitativos sobre la formación de estudiantes, además del análisis de reglamentos y documentos institucionales. Los resultados demuestran que, en las primeras décadas, la presencia femenina era limitada debido a barreras como la ausencia de internado para mujeres. A partir de la década de 1990, se observó un aumento en la participación femenina, que se intensificó con la transformación de la institución en Instituto Federal en el año de 2008. En los últimos años, ha habido un crecimiento significativo de alumnas en el

¹ Licenciada em História pela Uniasselvi e em Letras/Espanhol pela UFPel. Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFRS Campus Porto Alegre. Doutoranda em Educação pela UFRGS. Assistente em Administração na Pró-reitoria de Extensão do IFRS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3768-101X>. E-mail: caroline.cataneo@ifrs.edu.br.

curso, superando la presencia masculina en algunas promociones. Se concluye que, a pesar de los avances, persisten desafíos en el mundo laboral, donde la profesión de enólogo sigue siendo mayoritariamente masculina.

Palabras clave: Género. Educación Profesional y Tecnológica. Viticultura y Enología.

1 Introdução

A Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves, criada pela Lei Federal nº 3.646, de 1959, representou um marco na formação de profissionais para o setor vitícola, sendo a única instituição brasileira dedicada à formação de Técnicos em Viticultura e Enologia por várias décadas. Sua emergência reflete o reconhecimento da necessidade de qualificação no setor vitivinícola, impulsionado pelo crescimento da produção de vinhos finos e pela modernização agrícola, que exigia profissionais especializados para atender às demandas da crescente indústria do vinho brasileiro.

Vinculada inicialmente ao Ministério da Agricultura, a escola integrou o conjunto de escolas agrícolas federais, denominando-se posteriormente de Escola Agrotécnica Federal (1979). No ano de 2002, transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (Cefet-BG), e em 2008 passou a compor o IFRS como *Campus* Bento Gonçalves. Todas essas mudanças refletiram-se não apenas no nome da instituição, como também em mudanças curriculares e no perfil do alunado do Curso Técnico em Viticultura e Enologia, sobre o qual este estudo se debruça.

Embora o acesso à instituição em modelo de coeducação tenha sido ofertado desde o seu início, a maior parte do alunado foi sempre composta por meninos/homens. Os estudos de Guerra e Bomfim (2009) apontam que as Escolas Agrotécnicas Federais ficaram conhecidas como “lugar de homem” por diversos aspectos. Um dos principais motivos é a interdição ao internato para o público feminino. Ainda, de acordo com Martiniak (2011), a predominância de alunos do sexo masculino no ensino agrícola estava relacionada à natureza majoritariamente braçal das atividades, as quais eram vistas como inadequadas para as mulheres.

Yannoulas (2013) define “enclave” como um território altamente masculinizado no qual a inserção das mulheres enfrenta desafios estruturais. O termo, derivado do latim *inclavatus* (fechado), é utilizado para descrever grupos humanos inseridos dentro de outro de características distintas. No contexto de gênero, um enclave de mulheres representa um espaço geográfico e simbólico dominado por homens, no qual as mulheres ingressam de maneira incipiente, geralmente por meio da conquista de diplomas em áreas tradicionalmente masculinas. Apesar do acesso ao sistema educacional, os desafios enfrentados pelas mulheres nesses territórios permanecem, refletindo padrões de exclusão e desigualdade de gênero.

É a partir deste conceito inicial de “enclave” que este estudo tem por objetivo analisar a presença feminina, em termos de quantitativo de formandas em relação aos meninos/homens, no Curso Técnico em Viticultura e Enologia, desde a primeira formatura no ano de 1962 até o ano de 2023. Para isso, faz-se uso das reflexões acerca das dinâmicas de gênero do ambiente escolar por meio dos apontamentos de Rosemberg (2001), Rosemberg e Amado (1992), Louro (1997) e Rago (1998). Trata-se ainda de um estudo que se insere no campo da História da Educação, pois visa compreender os sistemas, as práticas e as concepções educacionais ao longo do tempo, neste caso, relacionando os aspectos de gênero e de inserção feminina à educação profissional técnica de nível médio. A metodologia advém da análise documental histórica de Bacellar (2005) por meio da operação historiográfica de Certeau (1982). Dentre os documentos analisados destacam-se, além dos dados quantitativos do curso, o regimento

interno da instituição e a legislação relativa à educação profissional técnica de nível médio no período.

O artigo organiza-se em seis seções além desta introdução: a primeira trata dos estudos acerca do gênero e da educação, especialmente no que se refere à educação profissional. Em seguida são expostos o quadro documental mobilizado e o percurso metodológico desenvolvido. Em seguida, são apresentados cronologicamente os avanços do enclave feminino no Curso Técnico em Viticultura e Enologia, primeiramente na década de 1960. Posteriormente são analisadas as décadas de 1970 e 1980, com especial atenção para as diretrizes para o ensino técnico agrícola vigentes no período e para os avanços nas pautas feministas. Por fim, são exploradas as décadas de 1990, com sua forte corrente neoliberal na educação, e os anos 2000, com o ingresso da instituição no IFRS, como o campus Bento Gonçalves; por último são apresentadas as considerações finais.

2 Estudos sobre gênero e educação: um olhar a partir da educação profissional

De acordo com o Censo Escolar de 2023, há uma predominância de matrículas de mulheres na educação profissional em todas as faixas etárias (Brasil, 2023). No ensino superior, essa tendência também se confirma: as mulheres representam 59,1% das matrículas, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2025). Esse cenário reflete um processo de expansão do sistema educacional brasileiro nas últimas décadas que ampliou o acesso das mulheres à educação formal. Em determinados campos, como o das Licenciaturas, elas são maioria em relação aos homens.

No entanto, a maior presença feminina no ensino formal é fruto de um longo processo histórico. Mais do que analisar os dados quantitativos de ingresso do Curso Técnico em Viticultura e Enologia, objeto deste estudo, é necessário investigar de que forma as relações de gênero se estabelecem no interior das instituições escolares. Nesse sentido, a conceituação de gênero torna-se basilar. Para tanto, é imprescindível compreender de que maneira o movimento feminista contribuiu para inserir, inicialmente, as mulheres, e, posteriormente, as discussões de gênero no centro das pesquisas educacionais.

A primeira onda do feminismo emergiu entre o final do século XIX e o início do século XX e teve como foco principal a luta pelos direitos civis e políticos das mulheres, especialmente o direito ao voto (sufrágio feminino), à educação formal e ao acesso ao mercado de trabalho em condições dignas. As feministas dessa época buscavam igualdade perante a lei, questionando a exclusão das mulheres dos espaços públicos e políticos. Para Louro (1997), essa onda estava ligada aos interesses de mulheres brancas de classe média e, logo após as primeiras incursões, foi seguido por um período de acomodação que duraria até a segunda onda, já na segunda metade do século XX.

Já a segunda onda do feminismo, por sua vez, ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980 e ampliou o debate para questões de ordem social, cultural e sexual. Nessa fase, as principais reivindicações incluíam o direito ao controle sobre o próprio corpo, como a legalização do aborto e o acesso a métodos contraceptivos, a igualdade salarial, o combate à violência de gênero e a desconstrução de papéis tradicionais atribuídos às mulheres. É nessa época que surgem os “Estudos da Mulher” através de acadêmicas que, conforme Louro (1997), tinham o objetivo de “tornar visível aquela que fora ocultada” dos estudos científicos e sociais, que consideram “homem” o conceito humano universal.

O conceito de gênero começou a ser desenvolvido no campo acadêmico a partir da segunda metade do século XX, especialmente nos estudos feministas e nas ciências sociais. Um

dos marcos importantes foi a distinção entre sexo (compreendido como as características biológicas) e gênero (construção social e cultural dos papéis atribuídos a homens e mulheres). Esse conceito influencia a forma como os indivíduos se percebem e são percebidos. No Brasil, e as discussões sobre gênero ganharam profundidade no fim da década de 1980. Para Scott (1995), o gênero é construído por meio de símbolos culturais, normas sociais, instituições e identidades subjetivas. Sua análise deve considerar o impacto histórico dessas dimensões, sendo esse conceito uma ferramenta indispensável para entender a interação entre sociedade e poder, visto que oferece um novo paradigma para as pesquisas históricas.

Para Rosemberg e Amado (1992, p. 64), a guetização das trajetórias masculinas e femininas ocorre através da combinação entre determinações macroestruturais e culturais, ou seja: são influenciadas tanto pela economia e por aspectos ligados à divisão social e sexual do trabalho quanto pela dimensão cultural, que abarca as normas de gênero consideradas naturalizadas e os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres na sociedade. A escola, por ser uma instituição que influencia e é influenciada pela sociedade, faz parte dessa dinâmica, o que explica tanto as escolhas profissionais dos sujeitos quanto às práticas desenvolvidas dentro da escola, que podem reforçar estereótipos.

Ao que parece, o sentido subjacente é de que a escola não produz relações hierárquicas de gênero, mas reproduz as hierarquias pré-existentes na família, no mercado de trabalho e na sociedade mais ampla. É como se a escola e o sistema de ensino fossem colocados entre parênteses, descolados do todo social. Ela não gera contradições próprias; apenas reproduz, reforça, o que é produzido fora. Livros didáticos, interações entre adultos e crianças não são tidos como gerados por e geradores de experiências escolares concretas, mas como um epifenômeno de outras determinações sociais (Rosemberg, Amado, 1992, p. 66).

Nos últimos anos, diversos estudos estão sendo realizados com o objetivo de analisar de que maneira as relações de gênero se reproduzem nas trajetórias escolares e profissionais de estudantes, especialmente em áreas segregadas e/ou em profissões altamente masculinizadas. Os trabalhos de Camargo (2014), Guerra e Bomfim (2007) e Figueiredo (2008) centralizam as discussões sobre gênero no âmbito da educação profissional agrícola e tecnológica. A potente pesquisa de Yannoulas (2013) sobre a feminização de ocupações e profissões procura avaliar mudanças, permanências e contradições na divisão sexual do trabalho que refletem tanto nas escolhas escolares/acadêmicas quanto nas trajetórias profissionais de mulheres e homens.

As relações sociais são o espaço onde os gêneros são construídos e as desigualdades entre os indivíduos são mantidas e reproduzidas. Pensar nessas relações, muitas vezes naturalizadas, entre o que é considerado “feminino” e “masculino” e as mudanças ocorridas ao longo do tempo mostra-se essencial para questionar o caráter pretensamente “neutro” no processo de escolha de meninas/mulheres e meninos/homens que vai culminar em trajetórias escolares e profissionais distintas.

3 Percursos metodológico

O valor heurístico de um documento depende do esforço interpretativo do pesquisador ao decifrá-lo. Bacellar (2005) pontua que, na produção historiográfica, é preciso cotejar informações, justapor documentos e relacionar texto e contexto a fim de identificar mudanças e permanências que possam ter ressonância com o objeto de estudo. Trata-se de um processo de artesanato, de garimpagem: se as categorias de análise dependem dos documentos, esses



precisam ser localizados e interpretados. Na mesma direção, Certeau (1982) afirma que a operação historiográfica ocorre a partir da seleção, da reunião e da transformação das fontes mobilizadas pelo pesquisador em documento histórico.

É ancorado nesses pressupostos que o artigo pretende compreender, a partir de um corpus documental diverso, de que maneira ocorreu a inserção feminina no Curso Técnico de Viticultura e Enologia do atual IFRS Campus Bento Gonçalves, criado em 1959, como Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves². O Quadro 1 apresenta os documentos mobilizados para este estudo, sua natureza e os acervos consultados:

Quadro 1 - Documentos mobilizados

Tipo de documento	Título	Datação	Acervo consultado	Descrição
Livros de Registros de Diplomas	Livros de Registro de Diplomas (3) ³	Década de 1960 a 2010 ⁴ .	IFRS Campus Bento Gonçalves	Registra a emissão de diplomas, nomes de concluintes e datas.
Regulamento da instituição escolar	Regimento da Escola de Viticultura e Enologia	1962	Embrapa Uva e Vinho	Representa as concepções de educação no período estudado.
Lei de criação da instituição escolar	Lei nº 3646 de 22 de outubro de 1959	1959	GovBr	Fundamenta o marco jurídico da instituição e sua vinculação governamental.
Lei orgânica do Ensino Agrícola	Decreto Lei nº 9313 de 20 de agosto de 1946	1946	GovBr	Decreto que reorganiza o ensino agrícola no Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Após a consulta aos Livros de Registros de Diplomas, os dados foram copiados e organizados por nome – femininos e masculinos – e ano de formatura, para, em seguida, serem relacionados a outros documentos legais, tanto internos – como o primeiro regimento da instituição – quanto externos, como as legislações educacionais vigentes no período. Os documentos mobilizados neste estudo foram analisados à luz do conceito de gênero como

² A instituição passou pelas seguintes nomenclaturas ao longo de sua história: Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves (1959); Colégio de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves (1964); Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves (1979); Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek (1985); Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (Cefet-BG) (2002); e IFRS Campus Bento Gonçalves (2008).

³ Foram analisados três Livros de Registros de Diplomas de Cursos Técnicos referente aos anos de 1962, quando se formou a primeira turma de Técnicos em Enologia, até o ano de 2010 quanto os registros passaram a ser informatizados. A coleta dos dados ocorreu presencialmente na Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA) do IFRS Campus Bento Gonçalves no ano de 2022.

⁴ A partir de 2010 os registros passaram a ser informatizados. Os números disponíveis na pesquisa foram coletados junto à Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA) do IFRS Campus Bento Gonçalves em 2024.

categoria de análise (Scott, 1995), em articulação com as contribuições teóricas de autoras como Perrot (2005), Louro (1997) e Rosemberg e Amado (1992). A análise procurou evidenciar como os dispositivos legais e institucionais, associados a concepções socioculturais sobre os papéis de gênero atribuídos a homens e mulheres, influenciaram a presença feminina no curso Técnico em Viticultura e Enologia. Ao relacionar essas fontes e referências, texto e contexto, a pesquisa buscou interpretar, de maneira contextualizada, as dinâmicas de exclusão, conquistas e permanência das mulheres em um espaço historicamente masculinizado.

4 A inserção feminina no Enologia: os primeiros anos (1962-1969)

A presença feminina foi bastante tímida durante os primeiros anos de funcionamento da escola. A instituição foi criada subordinada ao Decreto Lei nº 9313, de 1946, que organizava o ensino agrícola no país. O mesmo instrumento legal menciona algumas questões a serem observadas quando do ingresso feminino, como a realização de trabalhos braçais, que deveriam respeitar as características do sexo. Além disso, o sistema de internato era exclusivamente masculino, o que fazia com que o ingresso de mulheres, ainda que fosse permitido, ocorresse em número bastante limitado.

TÍTULO V

DO ENSINO AGRÍCOLA FEMININO

Art. 51. O direito de ingressar nos cursos de ensino agrícola é igual para homens e mulheres.

Art. 52. No ensino agrícola feminino serão observadas as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que os cursos do ensino agrícola para mulheres sejam dados em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Às mulheres não se permitirá, nos estabelecimentos do ensino agrícola, trabalho que, sob o ponto de vista de saúde, não lhes seja adequado.
3. Na execução dos programas, em todos os cursos, ter-se-á em mira a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher na vida do lar.
4. Nos dois cursos de formação do primeiro ciclo, incluir-se-á o ensino de economia rural doméstica.
5. Além dos cursos de e continuação para mulheres que trabalhem na agricultura e destinados a dar-lhes sumário ensino de um ofício agrícola, ministrarão os estabelecimentos de ensino agrícola a mulheres que trabalharem nas lides do lar cursos de continuação de economia rural doméstica para ensino rápido e prático dos comuns misteres da vida doméstica rural (Brasil, 1946).

O ingresso de mulheres no ensino agrícola, de acordo com o instrumento legal, revela uma tentativa de garantir igualdade formal de acesso aos cursos entre homens e mulheres. No entanto, as prescrições específicas para o ensino agrícola feminino denotam uma visão pautada em papéis de gênero tradicionalmente atribuídos às mulheres. Isso pode ser percebido na concepção do documento em relação ao uso dos termos “trabalhos inadequados” e “natureza e personalidade feminina”. Além disso, a recomendação de criar estabelecimentos de ensino exclusivamente femininos e a inclusão obrigatória de disciplinas como economia rural doméstica evidenciam a intenção de moldar a formação agrícola feminina de acordo com as expectativas sociais da época, direcionando-as para atividades relacionadas ao lar e ao cuidado familiar.

Esse conjunto de normas, embora permita a presença feminina no ensino agrícola, restringe seu alcance, subordinando-o a estereótipos de gênero e limitando as possibilidades de atuação plena das mulheres no ambiente escolar. Em relação à escola como reprodutora das relações sociais de gênero, Rosemberg e Amado (1992) apontam que as instituições escolares não produzem relações hierárquicas de gênero, mas reproduzem as hierarquias pré-existentes na família, no mercado de trabalho e na sociedade mais ampla, pois, como afirma Magalhães (2004), a história de uma instituição educativa corresponde às relações estabelecidas por ela com a culturas geral e local, normas e atitudes grupais, institucionais e organizacionais, o que confere à escola uma relação de interação com o contexto social em que está inserida.

A Escola de Enologia, portanto, não pode ser desvinculada das demais instituições de ensino agrícola federais do período. Embora o ingresso de mulheres fosse permitido, alguns tipos de trabalho eram considerados, pela Lei, inadequados à natureza do sexo feminino. Perrot (2005, p. 177), ao problematizar a questão do corpo feminino em espaços públicos, conclui que “a referência quase constante a uma natureza feminina de ordem física que determina o lugar, o papel e as tarefas são um outro traço marcante. A mulher é um corpo ‘fraco’, com ‘órgãos delicados’, ‘frágeis’, sujeitos às ‘indisposições periódicas’.” Essa questão do corpo feminino entendido como inapto para algumas atividades pode ser percebida nessa lei que norteou o ensino agrícola federal no país durante os primeiros anos de funcionamento da escola, até pelo menos 1967, quando a instituição passa a fazer parte do Ministério da Educação e outras prerrogativas para pedagógicas começam a ser colocadas em prática.

Outro ponto que merece destaque é a restrição de trabalhos considerados inadequados à saúde feminina, o que reforça uma concepção limitada e distorcida sobre as capacidades das mulheres em ambientes agrícolas, visto que essas sempre trabalharam nas diferentes ocupações relacionadas ao mundo do vinho, tanto na agricultura quanto na indústria. As pesquisas de Bergamaschi e Giron (1997) sobre as mulheres proprietárias na Região de Colonização Italiana (RCI) do Rio Grande do Sul indicam que elas desempenhavam um papel essencial nas atividades agrícolas, participando tanto da produção principal quanto de tarefas complementares, como cuidar dos animais, ordenhar as vacas e realizar os trabalhos domésticos. Apesar disso, a gestão financeira e a comercialização dos produtos principais eram prerrogativas dos homens, enquanto a elas cabia vender apenas os produtos oriundos das atividades secundárias, como hortaliças, ovos, frutas e aves. Assim, enquanto os homens se dedicavam a tarefas lucrativas e ao investimento dos rendimentos, as mulheres eram responsáveis por atender às necessidades domésticas da família.

As mulheres sempre trabalharam. O que elas nem sempre exerceram foram profissões (Perrot, 2005). Isso vai ao encontro do que foi apontado por Trivilin (2009), em pesquisa sobre a inserção feminina no trabalho em uma indústria vinícola da cidade de Garibaldi/RS no período de 1933 a 1960. Para a pesquisadora, as mudanças econômicas – saída do campo para a cidade – geraram mudanças também na estrutura familiar, na qual mulheres passaram a trabalhar na crescente indústria da região. Entre as décadas de 1930 e 1960, a Vinícola Peterlongo, de Garibaldi/RS, empregava majoritariamente mulheres jovens e solteiras ou viúvas que necessitavam sustentar os filhos após a morte do marido. Das 156 mulheres contratadas no período, 126 tinham entre 13 e 25 anos. Após o casamento, era comum que elas deixassem o trabalho – uma prática que representava a cultura empresarial da época. Essa política era baseada na crença de que mulheres casadas enfrentariam maiores dificuldades em conciliar o trabalho com os cuidados familiares ou estariam mais propensas a problemas de saúde.

Dessa forma, depreende-se que, embora as mulheres ocupassem postos de trabalho relacionados ao mundo do vinho na época em questão – ainda que em atividades de apoio ou mesmo trabalhando nas lides com as videiras –, seu ingresso na instituição foi bastante tímido.

A população da cidade de Bento Gonçalves, de acordo com o censo de 1960, era de 33.956 mil habitantes, sendo que 15.441 residiam na zona urbana e 18.815 na zona rural. A escola estava localizada na parte urbana da cidade. O internato era vedado ao sexo feminino, conforme o Regimento Escolar de 1961, o que fazia com as mulheres que almejassem a inserção na instituição precisassem deslocar-se diariamente entre a escola e suas residências, já que o ensino era em tempo integral – fator esse que poderia inviabilizar o acesso e a permanência na instituição. As diferenças de gênero são apresentadas objetivamente no Regimento Escolar:

Capítulo VI

Do Ensino Feminino

Art. 42 O direito de ingresso nos cursos da Escola é igual para homens e mulheres, sendo facultada a coeducação. Parágrafo único. Enquanto não houver instalações apropriadas e número suficiente de matrículas que justifiquem a manutenção do internato feminino, os alunos desse sexo só poderão ser matriculados em regime de externato ou semi-internato.

Art. 43 Na execução dos programas e das práticas educativas para os alunos do sexo feminino levar-se-ão em conta as características do sexo não lhes sendo permitidos trabalhos inadequados (Brasil, 1962).

Para Louro (1997), diversos elementos, como a estrutura institucional, incluindo a organização, os currículos, as instalações, o corpo docente, as normas e os processos de avaliação, atuam, de forma explícita ou implícita, na manutenção e até mesmo na criação das diferenças entre os sujeitos. As diretrizes para o ensino agrícola, bem como o regulamento da escola, contribuem para uma divisão entre os alunos feminino e masculino mesmo que, em tese, se facultasse a coeducação. O texto do documento representa uma concepção de ensino baseada na diferenciação de gênero, tanto pela restrição ao internato, quanto pelo reforço à ideia de segregação e limitação de oportunidades, classificando certos trabalhos como inadequados às alunas. Isso evidencia uma perspectiva normativo-legal que restringia a participação plena das mulheres na formação profissional.

Em relação ao internato, refletindo acerca da ocupação dos espaços educativos pelos estudantes, é possível inferir que havia uma diferenciação, tanto nas atividades quanto na possibilidade de participação em todos os espaços da escola pelas meninas/mulheres. Dessa forma, a própria instituição, em que pese a possibilidade de equiparação no ingresso feminino, limitava a sua permanência na escola, tanto pela impossibilidade do internato quanto pela limitação da prática de algumas atividades. Para Magalhães (2004), o contexto do internato possibilita que a escola se configure como uma instância educativa ampla, com complexos processos de socialização, relações de alteridade, desenvolvimento da autonomia e mobilização. Uma vez que o internato não estava disponível para o público feminino, tanto o ingresso quanto a permanência e o acesso total às práticas escolares tornava-se significativamente comprometido.

Um território altamente masculinizado e estruturalmente desafiador para as jovens mulheres caracterizou o cenário da instituição na década de 1960. Entre os anos de 1962 e 1969, enquanto 112 homens concluíram o curso, apenas 7 mulheres se formaram. Esse foi o período com menor ingresso feminino da história da escola, com destaque para os anos em que nenhuma aluna figurava entre as formandas, como em 1964, 1966, 1967 e 1968. A Tabela 1 ilustra o quantitativo de concluintes nesse período, que evidencia uma significativa disparidade de gênero:

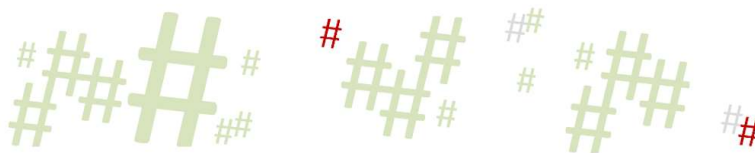


Tabela 1 – Quantitativo de formados na década de 1960

Ano de formatura	Rapazes	Moças
1962	13	1
1963	20	1
1964	8	0
1965	22	3
1966	15	0
1967	13	0
1968	12	0
1969	9	2
Total de formados	112 rapazes	7 moças

Fonte: Elaborado pela autora com base dos Livros de Registros de Diplomas (2025).

Para Rosenberg e Amado (1992), a discriminação na educação não se manifesta apenas no ingresso, na permanência ou no desempenho escolar das mulheres, mas na segregação por gênero no interior das escolhas acadêmicas. Enquanto os homens tendem a seguir carreiras voltadas para áreas técnicas e científicas, as mulheres são direcionadas para cursos relacionados às letras e humanidades. A instituição permaneceria ainda, por algumas décadas, pouco acessível ao público feminino. Contudo, nas décadas seguintes, ainda que de forma lenta – em pequenos passos –, começam a surgir mudanças nos padrões de ingresso dos alunos do curso.

5 Décadas de 1970 e 1980: avançar em pequenos passos

A segunda metade da década de 1960 e a década de 1970 foram marcadas pelo aprofundamento das relações capitalistas e pela hegemonia da pedagogia tecnicista, convertida em pedagogia oficial pelo Estado brasileiro (Saviani, 2013). No ano de 1967, as escolas agrícolas federais, anteriormente vinculadas ao Ministério da Agricultura, passaram a estar sob responsabilidade do Ministério da Educação. No ano de 1973 é fundada a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (Coagri), que viria a conferir uma identidade ao ensino agrícola federal em âmbito nacional, especialmente por implementar uma nova diretriz de ensino: o modelo Escola-Fazenda. Para Lima (2021), embora a Coagri tenha sido criada de fato no ano de 1973, a transferência das instituições de ensino agrícola para o Ministério da Educação, em 1967, já resultou na reconfiguração do modelo pedagógico dessas escolas para o Sistema Escola-Fazenda, especialmente por meio de acordos de cooperação entre o Brasil e organismos internacionais.

O lema “aprender a fazer e fazer para aprender” caracterizou o ensino agrícola profissional oferecido pela rede federal de colégios agrícolas sob a gestão do Ministério da Educação durante as décadas de 1970 e 1980 (Lima, 2021). Esse modelo pedagógico apresentava similaridades com abordagens educacionais que integravam o aprendizado prático à observação, à experimentação, à aplicação prática e ao pragmatismo. O modelo escola-fazenda baseava-se na tríade ensino/trabalho/produção e buscava formar técnicos capacitados para modernizar o setor agrícola e o meio rural. A implantação foi coordenada pela Coagri, que centralizou as diretrizes pedagógicas em alinhamento com políticas autoritárias da ditadura militar (Vargas; Gatti, 2024). A organização curricular integrava quatro dimensões: sala de aula, laboratório de prática e produção, programa agrícola orientado e cooperativas.

No campo econômico local, a década de 1970 foi marcada por significativas mudanças ocorridas no setor de viticultura e enologia. A chegada das multinacionais ao estado, em especial à serra gaúcha, provocou mudanças estruturais. Ocorreu a entrada de novas castas de



uvas na região, o que elevou a qualidade da produção de vinhos finos, além do incremento tecnológico trazido pelas empresas estrangeiras (Dal Pizol; Souza, 2014). Tudo isso provocou reações entre os produtores brasileiros que passaram a investir na formação de Enologia para membros da família com o intuito de melhorar a competitividade de seus produtos. O enólogo prático começou a ser substituído pelo enólogo com formação técnica e científica (Ferreira; Ferreira, 2016). Nesse sentido, a formação em enologia ofertada pela escola passa a ser um diferencial competitivo em termos também econômicos.

Em relação às conquistas femininas, o período é conhecido pela formação dos primeiros grupos feministas brasileiros e pela maior inserção das mulheres em espaços públicos, incluindo os educacionais, o que criou novas redes de sociabilidades, mesmo em meio à tortuosa ditadura civil-militar que dominava o cenário político nacional no período (Rago, 2013). Contudo, apesar das mudanças tanto no âmbito educacional – com a criação da Coagri e um modelo pedagógico específico para as escolas agrícolas – quanto nos aspectos sociais relativos à inserção da mulher nos espaços educacionais e na dinâmica do mundo do trabalho, os dados de ingresso no curso não tiveram mudanças significativas. Em relação à década anterior, ele apresentou um leve aumento proporcional. Enquanto foram formados, na década de 1970, 172 rapazes, concluíram o curso 35 mulheres, como é possível visualizar na Tabela 2.

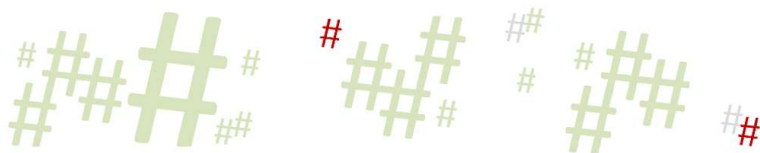
Tabela 2 – Quantitativo de formados na década de 1970

Ano de formatura	Rapazes	Moças
1970	15	1
1971	25	5
1972	19	3
1973	16	4
1974	11	2
1975	20	4
1976	14	6
1977	24	5
1978	13	2
1979	15	3
Total de formandos	172	35

Fonte: Elaborado pela autora com base dos Livros de Registros de Diplomas (2025).

Dessa forma, depreende-se que, em que pesem as transformações ocorridas no ensino agrícola no período – marcado pela consolidação do modelo pedagógico Escola-Fazenda –, para além da modernização apresentada localmente no mundo do vinho após da chegada das empresas multinacionais na região, a participação feminina na formação técnica em enologia permaneceu significativamente inferior à masculina. Os avanços relacionados aos movimentos feministas, bem como a ampliação da presença das mulheres nos espaços escolares, não representaram uma efetiva mudança no perfil do alunado do curso. Isso demonstra que as barreiras de gênero persistiram mesmo diante das mudanças no campo educacional e econômico, o que sugere a necessidade de um olhar mais atento às dinâmicas de gênero presentes na instituição.

Na década de 1980 o cenário não exibiu muitas modificações em termos quantitativos, apresentando até mesmo uma queda no quantitativo de mulheres enólogas diplomadas pela escola. Concluíram o curso, ao final da década de 1980, 30 mulheres e 203 homens, como é possível visualizar na Tabela 3. O enclave feminino ainda perduraria por algumas décadas. Para Rosenberg e Amado (1992), a segregação das trajetórias de homens e mulheres – que leva à



guetização das profissões –, acontece devido à interação entre fatores macroestruturais e aspectos culturais. Além disso, a percepção quanto a possíveis discriminações que possam sofrer no mercado de trabalho podem desencorajar as candidatas na procura por determinados cursos.

Tabela 3 – Quantitativo de formados na década de 1980

Ano de formatura	Rapazes	Moças
1980	20	6
1981	16	2
1982	24	3
1983	19	3
1984	18	3
1985	15	4
1986	21	3
1987	26	3
1988	26	3
1989	18	0
Total de formandos	203	30

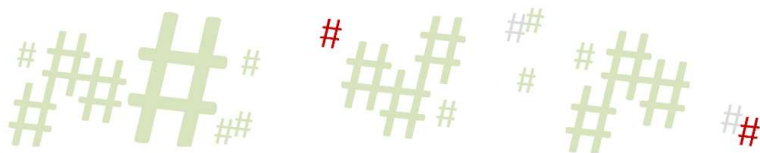
Fonte: Elaborado pela autora com base nos Livros de Registros de Diplomas (2025).

A análise dos quantitativos das décadas de 1970 e 1980 representa a persistência de um cenário de desigualdade de gênero na formação técnica em enologia oferecida pela instituição. Ao longo desses vinte anos, diplomaram-se 65 jovens mulheres, frente a 375 homens, o que evidencia a baixa participação feminina em um campo historicamente marcado pela divisão sexual do trabalho. Em que pesem as transformações ocorridas no período tanto na esfera educacional quanto no âmbito da economia e das relações sociais, o ingresso das mulheres no curso permaneceu baixo, sinalizando que essas mudanças não foram suficientes para romper com padrões socioculturais excludentes em relação aos papéis de gênero. A presença feminina, embora constante, configurou-se como um enclave dentro de um espaço majoritariamente masculino, reforçando a análise de que a segregação profissional por gênero decorre de múltiplos fatores, que vão desde a divisão social do trabalho até a percepção de discriminação no mercado, o que desestimula a escolha de determinadas trajetórias formativas pelas mulheres.

6 As décadas de 1990 e anos 2000: o processo de feminilização do curso em um contexto neoliberal

Segundo Altoé (2019), na década de 1980 – especialmente após a extinção da Coagri em 1986 – o governo federal deixou de oferecer um atendimento específico ao ensino agrícola, que passou a integrar a estrutura geral da educação profissional. Como consequência, as escolas agrícolas federais ficaram sob a supervisão da Secretaria de Ensino de Segundo Grau (SESG) e, mais tarde, em 1990, passaram a ser subordinadas à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (Senete). Já em 1993, as escolas agrotécnicas federais adquiriram o status de autarquias, o que lhes garantiu autonomia administrativa, didática e disciplinar.

As transformações ocorridas nesse período representam o início da política neoliberal, que exerceu grande influência sobre a educação profissional, incluindo as escolas agrícolas, ao longo da década de 1990. Conforme apontam Frigotto e Ciavatta (2006), esse período foi caracterizado por uma forte regressão no pensamento educacional dentro da rede federal de escolas técnicas, agrotécnicas e de educação profissional. Essa regressão se manifestou por meio do pragmatismo, do economicismo e do tecnicismo. O modelo educacional adotado pelo governo seguiu princípios neoliberais, sendo influenciado fortemente por diretrizes de



organismos internacionais, como o Banco Mundial. Dessa forma, a diminuição dos investimentos na educação tornou-se um objetivo central da política adotada.

Durante a década de 1990, medidas como a desvinculação entre o ensino médio e técnico – pelo Decreto nº 2.208, de 1997 – agudizaram a dualidade educacional e reduziram ainda mais as vagas disponíveis nas escolas técnicas. Apesar desse cenário adverso, a instituição enfrentou desafios buscando expandir sua atuação, como na implantação do curso superior em Viticultura e Enologia. O esforço pela criação desse curso começou no final da década de 1980 e culminou com sua autorização em 1994, com ingresso da primeira turma no ano seguinte. Essa luta reflete o compromisso da instituição com a formação profissional e a verticalização do ensino, mesmo em meio a restrições econômicas e dificuldades estruturais.

Tabela 4 – Quantitativo de formados na década de 1990

Ano de formatura	Rapazes	Moças
1990	34	3
1991	10	7
1992	18	7
1993	28	4
1994	26	9
1995	13	3
1996	18	5
1997	20	2
1998	24	4
1999	14	5
Total de formados	205 rapazes	48 moças

Fonte: Elaborado pela autora com base dos Livros de Registros de Diplomas (2025).

Merece destaque o importante incremento de meninas/mulheres formadas no curso na década de 1990. A Tabela 4 demonstra que se formaram 205 rapazes e 48 moças, o que representa um incremento na feminilização que, na acepção de Yannoulas (2013), traduz o crescimento quantitativo de mulheres em uma ocupação ou profissão. Rosenberg (2001), ao analisar as políticas educacionais e de gênero da década de 1990, conclui que, embora as reformas da década tenham ampliado o acesso à educação de forma geral, revelaram um forte viés economicista e pragmático que acabou por limitar os avanços em questões de gênero, persistindo as barreiras relacionadas à segmentação de gênero nas escolhas de áreas de estudo e à segregação no mercado de trabalho – o que também pode ser inferido a partir dos dados de formandos apresentados no decênio. Foi nesse período que ocorreu o processo de transformação da então Escola Agrotécnica Presidente Juscelino Kubitschek em Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (CEFET-BG) finalizado no ano de 2002. Nos anos 2000 formaram-se 148 homens e 80 mulheres no curso, sendo que, no ano de 2004, como é possível observar na Tabela 5, pela primeira vez desde 1962, o número de mulheres certificadas como enólogas foi maior.

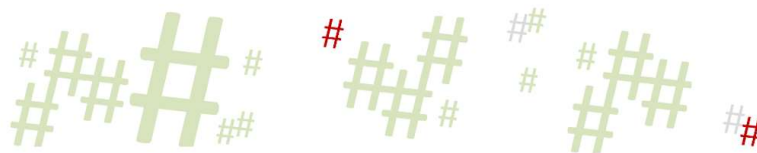


Tabela 5 – Quantitativo de formados na década de 2000

Ano de formatura	Rapazes	Moças
2000	16	3
2001	22	7
2002	16	7
2003	13	6
2004	8	11
2005	13	6
2006	8	10
2007	8	9
2008	17	5
2009	13	10
2010	14	6
Total de formados	148 rapazes	80 moças

Fonte: Elaborado pela autora com base dos Livros de Registros de Diplomas (2025).

A ampliação da inserção feminina no curso é parte do contexto de maior escolarização geral dos brasileiros. Dados do IPEA (1996) referentes às décadas de 1960 a 1990 evidenciam um aumento no número médio de anos de estudo tanto para homens quanto para mulheres, o que indica um avanço na escolarização no Brasil. Contudo, a desigualdade de gênero foi uma característica persistente ao longo das décadas, com os homens apresentando mais anos de estudo do que as mulheres em todos os períodos. Apesar dessa diferença, observa-se uma redução na disparidade ao longo do tempo: enquanto em 1960 os homens estudavam, em média, 0,5 anos a mais que as mulheres (média de 2,4 anos de estudos para os homens e de 1,9 anos para as mulheres), essa diferença caiu para apenas 0,2 anos em 1990. Depreende-se, dessa forma, um avanço na equidade educacional entre os gêneros, possivelmente impulsionado por mudanças sociais e políticas que ampliaram o acesso das mulheres à educação.

Contudo, o IPEA (1996) ainda aponta que, na década de 1990, apesar do aumento da escolarização feminina e de uma maior participação no mundo do trabalho, as desigualdades salariais ainda persistem. A média salarial feminina era de cerca de 63% da renda dos homens. Dessa forma, em que pese o avanço na escolarização, esse progresso, embora expressivo, não se traduziu de forma igualitária em inserção e prestígio no mundo do trabalho. Para Amado e Rosemberg (1992, p. 68), “[...] o aumento da escolaridade das mulheres não tem sido suficiente para alterar significativamente a estrutura de empregos; que o nível salarial das mulheres não corresponde a sua formação educacional.”

7 A perspectiva de gênero e a criação dos Institutos Federais: mudanças ou permanências?

A partir do ano de 2008, a instituição passa a integrar o conjunto de unidades educacionais que compõem o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) como Campus Bento Gonçalves. A Lei 11.892, de 2008 não somente reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como também implicou novas concepções político-pedagógicas para os recém criados Institutos Federais.

Dentre os preceitos que norteiam a prática pedagógica nos Institutos Federais para o ensino médio está a articulação entre teoria e prática, educação e trabalho por meio de um currículo integrado. Dessa forma, o curso Técnico em Viticultura e Enologia integrado ao Ensino Médio (EMI) passou a adotar as novas diretrizes oriundas da reestruturação da Rede Federal. As Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio

(2012) orientam as instituições que ofertam esses cursos a respeitar tanto as identidades de gênero quanto as identidades étnico-raciais da comunidade escolar. É, portanto, um princípio que norteia o ensino técnico nessas instituições.

É nesse período que ocorre uma significativa mudança em relação à presença feminina no curso Técnico em Viticultura e Enologia. Agora ofertado na modalidade de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, o curso formou 140 mulheres e 68 homens entre 2011 e 2023⁵. No curso superior em Viticultura e Enologia, a partir de 2011, 121 mulheres e 130 homens se formaram no curso, o que representa uma significativa mudança no perfil do alunado nos cursos da instituição ligados ao mundo do vinho.

Esse aumento significativo de mulheres no curso pode ter algumas explicações. De acordo com o Censo Escolar (2023), observa-se um aumento geral na escolarização feminina. No ensino médio, as mulheres representam 50,9% (3,9 milhões) das matriculadas. Além disso, há uma predominância feminina na educação profissional e tecnológica (EPT), com 57,9% (1,3 milhões) das matrículas (Brasil, 2024). Em vista disso, depreende-se que, para além da maior escolarização geral, o aumento da participação da mulher no mundo do trabalho culminou em uma maior escolha pelo curso. Contudo, apesar das conquistas recentes em termos de acesso à educação, há pontos que merecem destaque.

Um alerta importante apontado por Rosemberg e Amado (1992) precisa ser levado em consideração. As autoras argumentam que, embora se verifique uma maior presença feminina em carreiras anteriormente dominadas por homens e hoje consideradas mistas, esse fenômeno é, por vezes, mais “ilusório” do que efetivo, já que muitos dos formados acabam desempenhando funções relacionadas ao magistério ou à administração dentro dessas áreas profissionais.

A Associação Brasileira de Enologia (ABE), criada no ano de 1976 e agora entidade de classe profissional, conta com 333 enólogos associados. Destes, setenta associadas são mulheres, ou seja: 21% do quadro total. Desde 2004 é realizada a premiação de enólogo do ano. Apenas uma mulher ganhou o prêmio, no ano de 2023 (Revista Exame, 2023). Isso posto, infere-se que, embora tenha ocorrido um processo de feminização do curso Técnico em Viticultura Enologia, no mundo do trabalho, a profissão de enólogo, a partir dos dados analisados, ainda é bastante masculinizada.

8 Considerações finais

O estudo procurou analisar de que maneira ocorreu o processo de inserção feminina no Curso Técnico em Viticultura e Enologia do atual IFRS Campus Bento Gonçalves, desde o ano de 1962, quando a primeira turma se formou, até o ano de 2023. Magalhães (2004, p. 155), a partir de um olhar da História da Educação, aponta que “nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu”. Nesse sentido, compreender as variáveis que contribuíram para o aumento da participação feminina no curso é fundamental também para entender as permanências que marcaram sua história.

As questões de gênero são determinantes para escolhas profissionais de mulheres e homens. A escola, por ser um “espaço generificado” (Louro, 1997), pode contribuir para a

⁵ Dados consolidados, somados ano a ano, de acordo com consulta feita ao setor responsável da instituição em 2024. Atualizados até setembro de 2023.

reprodução dessas divisões. De 1962 a 2023, formaram-se 908 homens e 340 mulheres. Desse total, mais da metade foi formada nas duas últimas duas décadas. O aumento da inserção feminina nos últimos anos pode ser atribuído a diversos fatores, entre eles: o crescimento da escolarização média da população brasileira – especialmente entre as mulheres –, a ampliação da participação feminina nos postos de trabalho, a implementação de políticas públicas voltadas à equidade de gênero e os avanços das pautas feministas na sociedade.

É importante destacar, contudo, que a presença crescente de mulheres em ambientes tradicionalmente ocupados por homens tem favorecido a reavaliação das relações laborais, promovendo mudanças, ainda que incipientes, na divisão sexual e social do trabalho. Contudo, ainda persiste a valorização hierárquica do trabalho masculino em detrimento do feminino. A educação profissional é o lócus mais evidente da relação trabalho-educação. Dessa forma, se fazem necessárias novas investigações acerca tanto da continuação dos estudos em nível superior dessas alunas como da alocação da força de trabalho feminina e masculina na área de enologia.

A educação desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade entre os sexos, pois a escola não é apenas um espaço de convivência, mas também um ambiente onde as distinções e desigualdades de gênero são construídas. Como afirma Louro (1997, p. 89), “a escola é atravessada pelos gêneros. [...] É impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino”. No entanto, a escola também pode ser um agente de transformação ao incorporar ao currículo saberes e experiências que incentivem a igualdade de gênero tanto na educação quanto no mundo de trabalho, especialmente em profissões historicamente masculinizadas.

Referências

AGÊNCIA GOV. **Ministério da Educação divulga panorama das mulheres na educação básica.** 2024. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202403/saiba-mais-sobre-o-panorama-das-mulheres-na-educacao-basica>. Acesso em: 5 fev. 2025.

ALTOÉ, Dayane da Silva Santos. **A (re) significação do ensino agrícola:** uma análise das experiências dos Institutos IFRJ Campus Pinheiral e IFF - Campus Bom Jesus do Itabapoana. 2019. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Políticas Sociais, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. p 11-65.

BERGAMASCHI, Heloísa; GIRON, Loraine. **Mulheres proprietárias histórias de vida.** Caxias do Sul: EdUcs, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 538, de 23 de janeiro de 1962.** Aprova o Regulamento da Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves. Brasília: 1962.

BRASIL. Lei Nº 3.646, de 22 de outubro de 1959. Cria a Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, seção 1, 23 out. 1959.

profissões e ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013. p. 31-65. Disponível em:
<http://tedis.unb.br/images/pdf/YannoulasLivroTrabalhadorasFinalCompleto.pdf>. Acesso em:
09 ago. 2024.

Recebido em fevereiro de 2025

Aprovado em junho de 2025